



EDITAL DE CREDENCIAMENTO

Modalidade:		Processo:	
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025		PROCESSO ELETRÔNICO: 0002423.05.01-2025	
Data de Abertura:		Horário de Abertura:	
23/09/2025		10h00min (Horário de Brasília)	
Plataforma (site):			
https://www.licitanet.com.br			
Órgão Requisitante:			
Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA			
Objeto:			
Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de CIRURGIAS ELETIVAS, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, conforme Termo de Referência por período estimado de 12 (doze) meses.			
Valor Total Estimado para Contratação:			Lance Mínimo:
R\$ 1.193.753,23 (Hum milhões cento e noventa e três mil setecentos e cinquenta e três reais e vinte e três centavos)			Conforme Tabela SUS
Registro de Preços?	Vistoria / Visita Técnica	Instrumento Contratual	Critério de Julgamento
Não	Não	Contrato	Credenciamento
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO			
Requisitos Básicos:		Requisitos Específicos	
SICAF ou documentos equivalentes		Conforme Termo de Referência	
O detalhamento dos documentos/ requisitos de habilitação deve ser consultado na sessão do instrumento convocatório.			
Modo de Disputa	Licitação Exclusiva ME/EPP?	Reserva de Cota ME/EPP?	Exige Amostra/ Demonstração
Aberto	Não	Não	Não
DA NÃO UTILIZAÇÃO DE LOTES EXCLUSIVAS E COTAS RESERVADAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 - (ART. 48, I E III), conforme estabelecido pela ordenadora de despesa no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.			
Prazo de envio da Proposta Reajustada e Documentos de Habilitação:			
120 (Cento e vinte minutos) ou 02 (Duas) horas, após a convocação realizada pelo Agente Condutor.			
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações:			
EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA LICITANET, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, conforme Art. 164 da Lei nº 14.133/2021, demais condições junto ao Edital e demais anexos do edital.			
Observações Gerais			
Obs.: Solicitamos dos fornecedores a leitura de todo edital e anexa.			
Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.			



INDICE

- 01 - DO OBJETO
- 02 - DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO
- 03 - DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR
- 04 - DA HABILITAÇÃO
- 05 - DOS RECURSOS
- 06 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
- 07 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
- 08 - DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS
- 09 - DA CONTRATAÇÃO
- 10 - CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS
- 11 - DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO
- 12 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL
- 13 - DISPOSIÇÕES GERAIS



CREDENCIAMENTO Nº 002/2024

Processo Administrativo nº 0002423.05.01-2025

Torna-se público que a **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, sob CNPJ nº **63.761.902/0001-60**, com sede administrativa na **Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia – CEP: 76.860-000**, neste ato representado pela **Superintendência Municipal de Licitação – SML**, realizará **CREDENCIAMENTO**, na forma **PRESENCIAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

01 – DO OBJETO:

1.1 O objeto do presente procedimento é o **CREDENCIAMENTO de interessados em prestar SERVIÇOS DE CIRURGIAS ELETIVAS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 79, da Lei federal nº 14.133/2021 e DECRETO 11.878 de 9 de janeiro de 2024, que Regulamenta o Credenciamento.

1.3 O credenciamento não obriga a administração pública a contratar. **Art. 4º DECRETO 11.878 de 9 de Janeiro de 2024**

1.4 O valor da contratação perfaz a ordem de **R\$ 1.193.753,23 (Hum milhões cento e noventa e três mil setecentos e cinquenta e três reais e vinte e três centavos)**, pesquisa de preço baseada no sistema SIGTAP/SUS, conforme quantitativos anexos ao termo de referência;

1.5 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

02 – D A PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO:

2.1 O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2 Não poderão participar do credenciamento:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) Pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- c) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- f) Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato



agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3 O impedimento de que trata da letra “b” será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

2.4 A vedação de que trata da letra “f” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

03 – DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR:

3.1 Os interessados encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico (cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br ou www.candeiasdojamari.ro.gov.br), o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, com as seguintes informações:

3.1.1 Credenciamento de Procedimentos Cirúrgico Eletivo;

3.1.2 Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação para a prestação dos serviços cirúrgicos;

3.1.3 A presente contratação possui o valor estimado de **R\$ 1.193.753,23 (Um milhão cento e noventa e três mil setecentos e cinquenta e três reais e vinte e três centavos)**, pesquisa de preço baseada no sistema SIGTAP, tabela SUS.

3.2 Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

3.3 No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4 A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no **Termo de Referência – TR e Estudo Técnico Preliminar – ETP**, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.5 No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:

a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode



ensajar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

3.7 O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8 A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.9 Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

04 – DA HABILITAÇÃO:

4.1 Os documentos previstos para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira serão exigidas de acordo com o **Termo de Referência – Anexo I**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, será exigido para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

- a) A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

4.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

4.3 Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

4.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

4.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação apresentados no e-mail acima informado, poderão ser apresentados em original ou cópia:

- 4.5.1 Em caso de dúvidas da agente de contratação, quanto aos documentos apresentados em cópia, que não estejam reconhecidos firma, poderá ser diligenciado para que o credenciado apresente o documento original ou reconheça firma do documento duvidoso, no prazo de 24 horas.

4.6 O órgão credenciante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

4.7 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral no SICAF emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.8 Será verificado se o interessado apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em sendo o caso.



4.9 O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.

4.10 A habilitação será verificada por meio do SICAF para as empresas cadastradas em relação aos documentos por ele abrangidos, em relação as demais, serão analisadas as documentações encaminhadas por e-mail.

4.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

4.11 É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.12 A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

4.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou a empresa não possua o cadastro no SICAF, serão enviados por meio eletrônico (cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br ou www.candeiasdojamari.ro.gov.br) até a conclusão da fase de habilitação.

4.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- 4.13.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e
- 4.13.1 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

4.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

4.16 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

05 – DOS RECURSOS:

5.1 A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.

5.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

5.3 Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada em 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de preclusão;
- b) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

5.4 Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br ou www.candeiasdojamari.ro.gov.br).

5.5 O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir



sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

5.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

5.7 O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

5.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br ou www.candeiasdojamari.ro.gov.br].

06 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

6.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

6.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

6.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital;

6.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

6.1.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

6.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

6.1.6 Fraudar o credenciamento;

6.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento.

6.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

6.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

6.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

6.2.1 Advertência;

6.2.2 Multa;

6.2.3 Impedimento de licitar e contratar e

6.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

6.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

6.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

6.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

6.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

6.4.1 Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato;

6.3.2 Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de 15% a



30% do valor do contrato.

6.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicados ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.9 A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

6.10 A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

7.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

7.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes e-mails: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br ou www.candeiasdojamari.ro.gov.br.



7.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, ou seja, será respondido por e-mail bem como publicado no **Diário Oficial dos Municípios de Rondônia – AROM**.

7.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5 Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**.

08 – DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS:

8.1 O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, bem como no **Diário Oficial dos Municípios de Rondônia – AROM**.

09 – DA CONTRATAÇÃO:

9.1 Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

9.3 O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 02 (dois) dias úteis.

9.4 O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

9.5 Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta ao Sicafe ou atualização das certidões de regularidade fiscal e trabalhista para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

9.6 O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 (doze) meses.

9.7 Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8 É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

10 – CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS:

10.1 Considerar-se-ão habilitado(s) o(s) interessado(s) cujos documentos tenham atendido às exigências constantes neste edital e seus anexos.

10.2 Tendo em vista tratar-se de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda.

10.1.1 A preferência para prestação dos serviços, quando houver mais de um interessado com



competência técnica aprovada, será observada a ordem cronológica de protocolo dos documentos de Habilitação perante o Setor de Licitação;

10.1.2 O segundo critério de desempate, será a localização de onde a credenciada prestará o serviço, a proximidade dela ao **Município de Candeias do Jamari**, haja vista, o custo e o tempo que terá o usuário para chegar até o local da empresa credenciada;

10.1.3 Não havendo mais de um estabelecimento de saúde na situação prevista no item anterior, será contratado apenas aquele que atender o Edital;

10.1.4 Se algum interessado se recusar a prestar os serviços, faculta-se a **Secretaria Municipal de Saúde** requisitante independentemente de aviso, notificação, ou interpelação judicial ou extrajudicial, repassar a ordem de serviço ao credenciado de classificação imediata e subsequente à daquele que recusou a prestar os serviços.

10.3 A lista de classificação será elaborada, em ordem crescente, de acordo com a ordem cronológica de protocolo dos documentos de Habilitação, de modo que o primeiro a protocolar a documentação para credenciamento, devidamente aprovada, será o primeiro na lista de classificação e assim sucessivamente.

10.4 A lista de classificação será rigorosamente seguida para fins de convocação, mantendo-se a sequência, durante a validade do credenciamento.

10.5 No caso de descredenciamento do estabelecimento de saúde, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais.

11 – DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO:

11.1 O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2 Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3 A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.4 Será realizado o descredenciamento quando houver:

11.4.1 Pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 60 sessenta dias;

11.4.2 Perda das condições de habilitação do credenciado;

11.4.3 Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

11.4.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5 O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

11.6 Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.7 Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.5 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.



12 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL:

- 12.1 O presente edital terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do edital.
- 12.2 O credenciamento terá vigência desde a publicação do seu extrato, perdurando seus efeitos enquanto houver interesse da Administração.
- 12.3 O prazo de vigência do contrato, caso seja firmado, será de 12 (doze) meses contados de sua assinatura, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

13 – DA SUBCONTRATAÇÃO:

- 13.1 Não serão admitida a subcontratação do objeto deste credenciamento.

14 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 14.1 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.3 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.4 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, no site oficial da **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO** e endereço eletrônico: **cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br** ou **www.candeiasdojamari.ro.gov.br**.
- 14.5 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Estudo Técnico Preliminar
ANEXO III	Análise de Risco
ANEXO IV	Minuta de Termo de Contrato
ANEXO V	Declaração de Concoordancia
ANEXO VI	Declaração de Cumprimento do Disposto No ART. 7º, XXXIII
ANEXO VII	Declaração de Concordância com o Preço da Tabela SUS
ANEXO VII	Declaração não Ocupam Cargo ou Função de Chefia

Candeias do Jamari-RO, 19 de Agosto de 2025

LUCIVALDO SILVA DA COSTA
Agente de contratação
Matrícula: 4240



ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO

CREDENCIAMENTO Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0002423.05.01-2025

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DO JAMARI/RO, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E A
EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX, PARA OS
FINS QUE NAS CLÁUSULAS ABAIXO SE
ESPECIFICAM.

Aos 00 dias do mês de XXXXXXXX do ano de 2025, o Município de Candeias do Jamari – RO, com sede Administrativa na Avenida Tancredo Neves – 1781 Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia – CEP: 76.860-000, inscrito no CNPJ sob nº 63.760.902/0001-60, neste ato representado pela Prefeito do Município, Senhor Lindomar Barbosa Alves, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 0.000.000/SSP/XX, inscrito no CPF sob nº 000.000.000-00, e por intermedio da Secretaria Municipal de Saúde, , inscrito no CNPJ sob nº 84.744.853/0001-28, representado pela Secretário Municipal, Senhor Irgo Mendonça Alves, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 0.000.000/SSP/XX, inscrito no CPF sob nº 000.000.000-00, em sequência denominado simplesmente CONTRATANTE – CREDENCIANTE e a pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob n.º 00.000.000/0000-00, com sede (Avenida/Rua – Nº – Bairro – Cidade – Estado – CEP), neste ato, representada pelo(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXX, (Nacionalidade – Eestado Civil), portador(a) da Cédula de identidade RG nº 0.000.000/SSP/XX, inscrito(a) no CPF/MF sob n.º 00.000.000/0000-00, residente e domiciliado(a) na (Avenida/Rua – Nº – Bairro – Cidade – Estado – CEP), e, daqui por diante, denominada simplesmente de CONTRATADA – CREDENCIADA, nos termos do art. 79, da Lei 14.133/2021 e Lei nº 8.080/90, que rege o presente, e em obediência ao processo licitatório modalidade CREDENCIAMENTO n.º. XX/2024, e pelos preceitos de direito público, e as demais disposições legais e regulamentais aplicáveis à espécie, RESOLVEM, celebrar o presente contrato para Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços complementares de saúde para realização de PROCEDIMENTO CIRURGICO ELETIVOS, para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme Edital de Credenciamento n.º. 000/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I – DO PROCEDIMENTO:

1.1 As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato Administrativo de PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRURGICO ELETIVOS, após a homologação do processo de credenciamento, e mediante o edital de Credenciamento n.º. 000/2025, fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, nos termos da legislação vigente aplicável à matéria, assim como, pelas condições do Edital e seus anexos e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA II – DO OBJETO:

2.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços complementares de saúde: Procedimentos cirúrgicos eletivos, observados os prazos e procedimentos descritos neste edital, para a Secretaria Municipal de Saúde, observados os prazos e procedimentos descritos neste instrumento.

Parágrafo Único. As solicitações dos serviços serão feitas através de requisições médicas, com carimbo identificador do responsável e respectiva assinatura, devendo ser aceito apenas pedidos feitos pelos médicos



do CREDENCIANTE e de suas unidades gestoras, que serão protocolados na sede da **Secretaria Municipal de Saúde**, localizada na **Rua Laercio Nobre – 283 – Bairro Satélite – Cidade de Candeias do Jamari – Rondônia – CEP: 76.860-000**, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00 as 14:00hrs.

CLÁUSULA III – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 A prestação dos serviços deverá ser feita da seguinte forma:

- 3.1.1 Nas dependências da CREDENCIADA, em horário de expediente, conforme dia e hora marcada, sendo devidamente informados no e-mail da secretaria solicitante;
- 3.1.2 O agendamento e a realização dos serviços serão de responsabilidade da CREDENCIADA, que assumirá todos os ônus decorrentes dos procedimentos;
- 3.1.3 A CREDENCIADA será responsável por todo o material necessário à prestação dos serviços;
- 3.1.4 Para execução dos serviços, a CREDENCIADA, se responsabilizará pelas condições técnicas, utilizando materiais de qualidade e demais métodos compatíveis com os padrões de qualidade.

CLÁUSULA IV – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE:

4.1 O CREDENCIANTE deverá:

- a) Efetuar o pagamento à CREDENCIADA de acordo com o estabelecido neste contrato;
- b) Fornecer à CREDENCIADA todos os dados e informações que se façam necessárias ao bom desempenho dos serviços ora contratados.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

5.1 Constituem obrigações da CREDENCIADA:

- a) Prestar os serviços elencados na cláusula TERCEIRA, através de seu quadro técnico-profissional, com todo zelo, diligência e sigilo;
- b) Manter o padrão técnico que lhe tenha sido atribuído pelos órgãos oficiais de saúde, bem como cumprir as legislações federais, estaduais e municipais inerentes à atividade, resguardando os interesses do CREDENCIANTE, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;
- c) Fornecer a CREDENCIANTE todas as informações relativas ao andamento dos serviços contratados;
- d) Emitir no final de cada mês a nota fiscal correspondente aos serviços realizados;
- e) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nos procedimentos cirúrgicos.

5.2 A CREDENCIADA fica responsável por todos os ônus, tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas à execução dos serviços.

5.3 A CREDENCIADA responsabilizar-se-á por todos os danos causados ao CREDENCIANTE e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.

5.4 A CREDENCIADA deverá reparar, corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que verifique vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

5.5 A CREDENCIADA deverá comunicar ao CREDENCIANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato, nos casos estabelecidos no art. 124 da Lei 14.133/2021.

5.6 Qualquer concessão por parte do CREDENCIANTE ou atuação suplementar por parte da CREDENCIADA será considerada mera liberalidade, não tendo o condão de acarretar direito ou qualquer modificação do aqui pactuado.

5.7 Os membros do Corpo técnico da CREDENCIADA serão solidários e co-responsáveis pela prestação dos



serviços previstos neste contrato.

5.8 Atender os pacientes com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços.

5.9 A CREDENCIADA deverá apresentar mensalmente Relatório com as guias de requisição, devidamente autorizadas, com nome do paciente, procedimentos realizados e respectivos valores e deixar a disposição para conferência na **Secretaria Municipal de Saúde**.

5.10 A CREDENCIADA deverá de imediato, quando solicitado, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato.

CLÁUSULA VI – DO PREÇO:

Pela prestação dos serviços na execução do objeto ora contratado, o CREDENCIANTE pagará a CREDENCIADA os valores CONSTANTES NA TABELA SIGTAP/SUS, mediante o roteiro constante na Cláusula Oitava seguinte.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTE:

7.1. Os preços dos serviços a serem executados de acordo com os valores estabelecidos NA TABELA DE SIGTAP/SUS serão irrevogáveis.

CLÁUSULA VIII – DO PAGAMENTO:

8.1 A CREDENCIADA deverá apresentar nota fiscal, referente aos serviços prestados no respectivo mês, conjuntamente com as requisições médicas, tendo O CREDENCIANTE, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a sua conferência, observados os artigos 140 a 146, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

8.2 Somente após o cumprimento da cláusula anterior será autorizado o pagamento a CREDENCIADA, até o 10º (décimo) dia útil subsequente à entrega da nota fiscal de prestação de serviços, podendo, ser realizado via ordem bancária.

8.3 Na eventualidade da aplicação da multa, prevista na cláusula décima terceira, esta deverá ser liquidada simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

8.4 Caso a multa não seja recolhida, conforme previsto na cláusula anterior, esta será descontada do pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

8.5 No caso de irregularidade na emissão dos documentos por parte da CREDENCIADA, tal como nota fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir de sua apresentação, desde que devidamente regularizada.

CLÁUSULA IX – DO PRAZO:

9.1 O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 5 (cinco) anos, caso haja interesse da administração, com anuência da CREDENCIADA, nos termos do art. 106, da Lei Federal 14.133/2021, através de termo aditivo.

CLÁUSULA X – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

10.1 O presente instrumento não gera qualquer tipo de vínculo trabalhista, entre os funcionários das partes



contratantes com a outra parte, arcando cada qual com o pagamento de todos os tributos e encargos, decorrentes deste instrumento, que sejam de sua responsabilidade, quer sejam trabalhista, previdenciários, securitários, tributários, fiscais ou para-fiscais, inclusive e em especial de seus empregados/prepostos que trabalharão para a realização do objeto deste contrato, e, especialmente aqueles denominados como FGTS, INSS, PIS, SEGURO.

10.2 A CREDENCIADA fica proibida de ceder ou transferir para terceiros a realização de procedimentos constantes na tabela do Anexo II, sem prévia e expressa anuência do CREDENCIANTE, em qualquer hipótese, a CREDENCIADA continuará responsável perante o CREDENCIANTE por todos os atos e obrigação inerentes ao contrato.

10.3 As partes se comprometem a manter a confidencialidade de todos os documentos envolvidos nesta prestação de serviços, de forma a proteger informações privilegiadas dos pacientes do CREDENCIANTE, com exceção daqueles que por força de lei são considerados públicos.

10.4 O CREDENCIANTE reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto neste contrato, podendo rescindi-los, nos termos do art. 137, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

10.5 Qualquer outro imposto, taxa ou contribuição, existente ou que venha a existir, onerando o custo do objeto deste contrato, deverá ser revisto pelas partes, ficando responsável pelo recolhimento de tais encargos, ressarcimento ou indenização aquele que efetivamente for determinado, pela legislação ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA XI – DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

11.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as prevista em lei ou regulamento administrativo;

11.2 Constituem motivos para extinção do contrato, no que couberem, as hipóteses previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021;

11.3 A extinção contratual poderá ocorrer nas condições e formas previstas no artigo 138 da Lei 14.133/2021 e suas alterações;

CLÁUSULA XII – DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

12.1 O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação dos serviços, por parte da CREDENCIADA, ensejará aplicação de multa, para cada notificação expressamente formalizada, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis:

12.1.1 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

12.1.2 Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 prevista no edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato;

12.1.3 Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9 prevista no edital, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

12.2 As penalidades previstas neste contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do representante do CREDENCIANTE, se entender as justificativas apresentadas pela CREDENCIADA como relevantes.

12.2 Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado O CREDENCIANTE poderá, garantida a prévia defesa da CREDENCIADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste contrato



juntamente com as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir à Administração os prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

CLÁUSULA XIII - DAS COMUNICAÇÕES:

13.1 As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente Contrato, serão sempre feitas por escrito.

CLÁUSULA XIV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. As despesas com a execução deste contrato correrão a contas das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento da **Secretaria Municipal de Saúde**. Dotações orçamentárias abaixo:

Ficha: 530

Órgão: 02.00.00 – Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 02.20.00 – Fundo Municipal de Saúde – SEMUSA

Função/Sub Função: 10.302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica

Programa: 0128 – Programa de Apoio a Saúde

F.R: 0.2.621.0000.0000 – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS (Governo Estado)

Ficha: 531

Órgão: 02.00.00 – Poder Executivo

Unidade Orçamentária: 02.20.00 – Fundo Municipal de Saúde – SEMUSA

Função/Sub Função: 10.302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica

Programa: 0128 – Programa de Apoio a Saúde

F.R: 0.1.621.0000.0000 – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS (Governo Estado)

CLÁUSULA XV – DA FISCALIZAÇÃO:

15.1 O acompanhamento e fiscalização dos instrumentos contratuais firmados com a CONTRATADA, será realizada por Comissão nomeada através de portaria da **Secretaria Municipal de Saúde**, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos nos artigos 21 a 24 do Decreto nº 11.246/22, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, conforme preconiza o artigo 117 da Lei 14.133/2021.

15.2 Dos fiscais dos instrumentos contratuais:

- a) A fiscalização dos instrumentos contratuais será realizada pelo Comissão nomeada através de portaria da **Secretaria Municipal de Saúde**;
- b) Os fiscais acompanharão a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento contratual, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- c) Os fiscais serão responsáveis pelo atesto do objeto contratado, os quais, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à



regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

d) Os fiscais administrativos do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

e) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.

15.3 Dos gestores dos instrumentos contratuais:

a) Os gestores coordenarão a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização dos instrumentos contratuais, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

b) Os gestores tomarão providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

c) Os gestores deverão enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato, bem como as demais atividades constantes no (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21)

CLÁUSULA XVI – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS:

16.1 Para a devida garantia da privacidade e da proteção de dados pessoais, as partes comprometem-se a observar e cumprir as disposições previstas na **Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, durante a execução deste Contrato e tratamento de dados pessoais decorrentes deste.

16.2 As partes obrigam-se a:

a) Tratar os dados pessoais de forma adequada de forma a atender os requisitos de coleta mínima necessária estritamente para os fins a que se destinam, mantendo-os registrados, organizados, conservados e disponíveis para consulta para atendimento às solicitações do titular;

b) Realizar o compartilhamento dos dados para agentes externos apenas e somente nos casos em que o titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas que legitimem o compartilhamento;

c) Manter os dados pessoais armazenados apenas durante o período necessário à execução das finalidades contratuais ou pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a confidencialidade e sigilo nos casos necessários, bem como manter o devido armazenamento em meios seguros, preferencialmente digitais e com rastreabilidade disponível, assim como garantir destinação final segura após o prazo estabelecido;

d) Implementar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra alteração, perda, ou ainda difusão, acesso ou destruição - acidental ou intencionalmente não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;

e) Informar de forma célere caso haja algum risco grave relacionado a incidente de segurança concreto envolvendo dados pessoais, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada;

f) Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos previstos no artigo 18 da LGPD;

g) Assegurar que todos os responsáveis que tenham acesso aos dados pessoais no contexto da execução



do contrato cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares ou com respaldo legal para tanto;

h) Responsabilizar-se-á a parte que der causa a eventuais violações de dados pessoais nos termos da legislação vigente, ressalvado o direito de regresso estabelecido em lei e consideradas as circunstâncias do caso e medidas de segurança adotadas pela responsável.

16.3 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar insumos para fiscalizar a atuação da CONTRATADA perante a Lei nº 13.709/2018. Desde logo fica o CONTRATANTE autorizada a promover essa fiscalização e, caso encontre irregularidades, poderá tomar as medidas cabíveis de notificação e penalização, nos termos contratuais vigentes.

CLÁUSULA XVII – DA SUBCONTRATAÇÃO:

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA XVIII – DISPOSIÇÕES FINAIS:

18.1 Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes de comum acordo, com base na legislação Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA XIX - DO FORO:

19.1 As partes contratantes elegem o **Foro da Comarca Porto Velho-RO**, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente Contrato, renunciando, expressamente, a outro qualquer por mais privilegiado que se configure.

CONTRATADA
PESSOA JURIDICA
CNPJ:
Nome do Representante Legal
CPF:

CONTRATANTE
PESSOA JURIDICA
CNPJ:
Nome do Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____
Nome:
CPF Nº __/__/__/././././.-__/__/

Assinatura: _____
Nome:
CPF Nº __/__/__/././././.-__/__/



ANEXO V

**DECLARAÇÃO QUE CONCORDA E CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS
SOLICITADOS NESTE CREDENCIAMENTO**

CREDENCIAMENTO Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0002423.05.01-2025

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO
Ao Agente de Contratação;

Prezado Senhor,

A(O) empresa ou fonecedor (Razão Social/Nome), inscrito no CNPJ/CPF: ___/___/___-___/___ com sede à (Avenida/Rua – Nº – Bairro – Cidade – Estado – CEP), em atendimento ao disposto no Edital do **Credenciamento Nº 000/2025**, que tem como escopo o credenciamento de serviços especializados para realização de procedimentos cirúrgicos, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme termo de referência, e anexos, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que concorda e cumpre plenamente os requisitos solicitados neste edital. Atenciosamente.

(Local e data)

Assinatura do Responsável
Razão Social/ Nome
CNPJ/ CPF



ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII,
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

CREDENCIAMENTO Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0002423.05.01-2025

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO
Ao Agente de Contratação;

Prezado Senhor,

A(O) empresa ou fonecedor (Razão Social/Nome), inscrito no CNPJ/CPF: ___/___/___-___/___ com sede à (Avenida/Rua – Nº – Bairro – Cidade – Estado – CEP), por intermédio de seu (ua) representante legal o(a) Senhor(a) (Nome Completo), portador(a) do Registro Geral nº. (0.000.000) e CPF/MF nº ___/___/___-___/___, DECLARA, para efeitos do **Credenciamento nº 000/2025** e para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 e disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº. 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos).

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Observação: se a licitante possuir maiores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

(Local e data)

Assinatura do Responsável
Razão Social/ Nome
CNPJ/ CPF



ANEXO VII
MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PREÇO DA TABELA
SUS E COMPROMETIMENTO DE REALIZAÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS
CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL

CREDENCIAMENTO Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0002423.05.01-2025

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO
Ao Agente de Contratação;

Prezado Senhor,

A(O) empresa ou fonecedor (Razão Social/Nome), inscrito no CNPJ/CPF: ___/___/___-___/___ com sede à (Avenida/Rua – Nº – Bairro – Cidade – Estado – CEP), por intermédio de seu (ua) representante legal o(a) Senhor(a) (Nome Completo), portador(a) do Registro Geral nº. (0.000.000) e CPF/MF nº ___/___/___-___/___, DECLARA para os devidos fins e sob as penas da Lei, que concordamos em praticar os serviços elencados no preço da TABELA SUS, para os mesmos procedimentos, para o Município de Rio Largo/AL, através da Secretaria Municipal de Saúde, constantes dos anexos do Edital do **Credenciamento Nº 000/2025** de Procedimento Cirurgico Eletivos, para usuários do SUS.

(Local e data)

Assinatura do Responsável
Razão Social/ Nome
CNPJ/ CPF



ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE QUE DIRIGENTES DA EMPRESA NÃO OCUPAM
CARGO OU FUNÇÃO DE CHEFIA

CREDENCIAMENTO Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0002423.05.01-2025

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO
Ao Agente de Contratação;

Prezado Senhor,

A(O) empresa ou fonecedor (Razão Social/Nome), inscrito no CNPJ/CPF: ___/___/___-___/___ com sede à (Avenida/Rua – Nº – Bairro – Cidade – Estado – CEP), por intermédio de seu (ua) representante legal o(a) Senhor(a) (Nome Completo), portador(a) do Registro Geral nº. (0.000.000) e CPF/MF nº ___/___/___-___/___, DECLARA, sob a pena da Lei, que nenhum de seus proprietários/sócios/diretores ocupam cargo ou função de chefia, assessoramento ou função de confiança no Sistema Único de Saúde nos termos do § 4º do Art. 26 da Lei Federal 8.080/90.

Local e data)

Assinatura do Responsável

Razão Social/ Nome

CNPJ/ CPF